

Qui 14 / 2006

Orçamentos do Poder executivo

Símula: Define as obrigações de pequeno valor, a que alude o 33º, do art 100. da constituição federal, com a Redação dada pela Emenda constitucional 20, de 15.12.98 e 37 de 12 de junho de 2002. Que alterou os artigos 100 e 156 da Constituição Federal e acrescentou os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao ato das disposições constitucionais transitórias, dá prazo a pagamento das fa inscitas em precatórios e Adota outras providências.

A câmara municipal de Jaboti aprovou e eu Jorge Domingos de Siqueira Prefeito municipal sanciono a seguinte lei:

Art 1º: Para atendimento ao fim da Emenda Constitucional 37, de 12 de junho de 2002, que alterou os artigos 100 e 156 da constituição transitória, ficam definidas no âmbito deste município, como obrigações de pequeno valor, aquelas que não ultrapassem o montante líquido equivalente até 06 (seis) salários mínimos, nacionais a que alude o 33º, do art 100. da constituição federal com redação introduzida pela Emenda constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

§ 1º: As obrigações de pequeno valor compreendem as devidas tanto administração direta quanto pela administração indireta do município e referen de

141

sempre ao valor total homologado no processo transitado em julgado ou no valor total do precatório expedido, independente do número de interessados que hajam integrado a lide processual.

§ 2º. Para aferição da satisfação do requisito deste artigo, o valor a ser considerado será aquele da vigência do salário mínimo na data da protocolização do requerimento de pagamento, pelo credor, perante o setor de tributação municipal.

§ 3º. Para a configuração do pequeno valor não importa o número de processos, mas sim o valor total do crédito do requerente perante a fazenda pública municipal, que será o resultado da soma de todos os processos que eventualmente o credor requerente possua contra a fazenda municipal, sendo vedado considerar valores em decorrência de funcionários, com o objetivo de beneficiar-se desta lei.

§ 4º. Não será admitida também a cessão individual ou múltipla de parte ou partes do crédito a terceiros, pelo credor originário, com o objetivo de fracionamento que vise frustrar o fins desta lei.

Art 2º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor, pendente de quitação até data ou doravante, será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da apresentação de requerimento

o setor de tributação do município, mediante os seguintes condições, a serem satisfeitas pelo credor requerente, além das demais previstas nesta lei:

I - O requerimento de pagamento deverá ser obrigatoriamente instruído com o seguinte documentação:

a) Requerimento firmado pelo interessado ou seu procurador judicial;

b) Certidão original expedida pelo cartório ou secretaria do juízo originário, demonstrando o trânsito em julgado do(s) processo(s) respectivo(s), com cópia(s) atualizado(s) dos(s) contos, a data da sua homologação judicial, comprovando a liquidez da obrigação, bem como a inexistência de expedição de precatória requisitório;

c) Xerox autenticado da sentença e do título de crédito;

d) Xerox autenticada do acórdão, quando for o caso;

e) certidão negativa expedida pela Direção de Tributação ou fazendária da municipalidade atestando inexistência de débito do requerente credor para com a municipalidade ou certidão positiva se for o caso, indicando a natureza e o montante atualizado dos respectivos débitos do contribuinte;

f) Para a verificação da caracterização da condição de crédito de pequeno valor, como definido no artigo 1º, §§ 2º e 3º desta lei, o credor deverá apresentar

Artido do cartorio ou secretaria do juizo competente, descrevendo todos os processos em que figure como credor da fazenda Pública municipal, que tenham transitado em julgado, com a apresentacao dos respectivos autos judiciais atualizados a fim de efetivacao do sanatorio dos mesmos, cujos pagamentos oltrem ser requeridos em um unico processo administrativo

§ 1º O disposto nesta lei aplica-se a qualquer debito que satisfaga os seus requisitos notadamente quando ao limite de valor estabelecido como de pequeno valor, tenha ou não havido expedicao de precatório.

§ 2º não se admitira pagamento de diferenças de obrigacoes foi quitadas pelo criterio anterior a vigencia desta lei.

Art 3º As obrigacoes foi inscritas em precatórios e que satisfacam o disposto no artigo 1º desta lei, serao pagas no prazo maximo de 1 (um) ano e em ate dois parcelas, observada a ordem de protocolizacao, em registro proprio, do setor de tributacao municipal, a que se referem as regras do artigo 4º e seus dispositivos

§ 3º São vedadas a expedicao de precatório complementar ou suplementos de valor pago, bem como fracionamento, repeticao ou quebra do valor da execucao, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e em parte, mediante expedicao

de precatórios.

§ 2º Só serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos Municipais oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

I Ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais.

II Ter sido definidos como de pequeno valor pela presente Lei municipal, segundo o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III Estar total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação da Emenda Constitucional 37.

§ 3º Os débitos ora referidos, ou os respectivos saldos, serão pagos na ordem cronológica da apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor.

§ 4º Os débitos ora referidos se ainda não tiverem sido objeto de pagamento parcial, nos termos do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser pagos em duas parcelas anuais, a critério da Administração municipal.

§ 5º Observada a ordem cronológica de sua apresentação, os débitos de natureza alimentícia de pequeno valor, conforme definido nesta lei, terão precedência para pagamento sobre todos os demais.

§ 6º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido nesta lei, como de pequeno valor, o pagamento far-se-á sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, de forma prevista nesta diploma legal.

Art. 4º O requerimento deverá ser subscrito pelo titular do crédito ou seu comprovado representante legal e deverá ser objeto de protocolização em livro próprio de protocolos, aberto exclusivamente para esta finalidade pelo setor de Tributação.

§ 1º Cabe ao chefe do setor de Tributação da municipalidade atestar a regularidade da pretensão do credor, conferindo os cálculos e a documentação apresentada, encaminhando o processo administrativo, devidamente autuado, para deferimento do pagamento pelo excentíssimo senhor prefeito.

2º O processo deverá ser instruído com levantamento da situação do credor requerente perante a Fazenda Pública municipal, demonstrando sua regularidade ou a existência de pendência com indicação da natureza e valores atualizados.

3º No caso de verificação de qualquer irregularidade insanável, o chefe do setor de tributação indeferirá de plano o requerimento, dando baixa no protocolo e devolvendo os interessados a documentação, ficando sem efeito a data da protocolização, para efeito de contagem temporal e ou de cronologia, que se iniciará novamente a partir do momento em que o credor fizer novo protocolo, instruindo regularmente o requerimento.

4º Sendo sanável a irregularidade o interessado será intimado para a regularização no prazo de 05 (cinco) dias, começando o prazo de 60 (sessenta) dias a ser novamente contado a partir da data em que houver a regularização.

5º Decorrido o prazo sem regularização, será procedido na forma do 5º anterior.

Art. 5º O setor de tributação, de necessário, sendo auxiliado pela procuradoria jurídica ou pela Assessoria jurídica municipal, dentro os limites de aferição da legalidade do requerimento de pagamento deverá observar os dispositivos da medida provisória federal nº 2 180-35 de 24 de agosto de 2001, publicada no D.O.U. de 27.8.2001 e suas alterações e os diplomas legais posteriores que acresce e altere dispositivos das leis nº 3 437, de 30 de junho de 1992, 9.028, e 12 de abril de 1995, 9.519 de 10 de setembro de 1997, 7.347 de 24 de junho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704 de 17 de novembro de 1998, do decreto-lei nº 5 432 de 1º de maio 1943, das leis nº 5 369, de 13 de janeiro de 1973, e 4 347, de 26 de junho de 1969, e das

outros jurisdição e principalmente sobre os seguintes aspectos que estabeleceram:

a) Que não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas;

b) Que são passíveis de desconto, pelo presidente do Tribunal ou pelo juiz da causa, de ofício ou a requerimento das partes, os custos elaborados para aferir o valor dos precatórios ou requisições de pagamento antes de seu pagamento ao credor;

c) Que os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de salários remuneratórios devidos a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano;

d) Que a sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangirá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator;

e) Que as ações coletivas propostas contra os municípios e suas autarquias e fundações, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembleia da entidade associativa que autorizou, acompanhada da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços;

f) - Que a sentença que tenha por objeto a liberação do recurso, incluso em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores do município, inclusive de suas autarquias e fundações somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado;

g) - Que considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidos por incompatíveis com a constituição federal;

h) - Que em face de nova redação dada ao art. 743 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, pela Lei n.º 8.953, de 13 de dezembro de 1994, que acresceu-lhe um parágrafo único, considera também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidos por incompatíveis com a constituição federal;

Art. 6º No caso da administração indireta do município, caberá a cada órgão a tarefa de identificar o de pequeno valor referido nesta lei, procedendo da mesma forma para efetivação do pagamento devido;

Art. 7º Estando tudo regular e deferido pelo Excmo. Sr. Juiz de Direito, o pagamento deverá ser feito através de cheque nominal ao juiz competente a quem esteja afeto o processo, ao qual será o título

encaminhado através de petição, com a anotação no verso do cheque, do número do protocolo e ou do processo administrativo e bem assim, a finalidade a que se destina, consignando-se o nome do credor destinatário do pagamento e expressamente o número dos autos judiciais, devendo ser lavrado pela secretaria ou cartório o correspondente termo de depósito.

1º. Quando do pagamento devida obrigatoriamente haverá o desconto e ou a compensação, conforme o caso, em favor da fazenda Pública municipal, em forma de retenção dos valores correspondentes a débitos do credor requerente para com o erário.

a) A título de ISSQN, quando cabível, nas hipóteses do art 156 inciso III da constituição federal e segundo dispuser do código tributário e demais legislações municipais.

b) A título de retenção do imposto de renda, na hipótese do art 158, inciso I, da constituição federal.

c) A título de retenção de qualquer outro débito, como IPTU, IPBI, taxas e outros tributos previstos na legislação municipal.

d) A título de IRPF, quando for o caso, na forma da Lei;

2º. Quanto da efetivação do depósito do valor em juízo, far-se-ão os eventuais descontos, devida a petição estar acompanhada de um planilha demonstrativa.

Tratativa, indicando a origem, o capital e a atualização de cada desconto eventualmente efetuado

Art 8º Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos os formas previstas no 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art 9º Os pagamentos realizados nos termos desta lei e demais normas que regem a matéria, oriundos de pedido do credor ou, implicam a quitação integral das parcelas da execução

Art 10. São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida nesta lei

Art 11. fica estabelecido um limitador equivalente a 30000000 (três milhões) mensais, que será o máximo que o fazenda pública pagará mensalmente a credores dos chamados débitos de pequeno valor, sendo que atingido esse teto, automaticamente os credores remanescentes deverão de receber seus valores no mês seguinte, e assim sucessivamente, a fim de que não haja comprometimento aos serviços essenciais da administração, tais como saúde, educação e segurança, o pagamento da folha de pessoal dentre outros

Parágrafo único: este valor limitador será atualizado anualmente todo dia 1º de janeiro de

costa ano vindouro, com base no índice oficial que indica a inflação acumulada nos últimos 12 (doze) meses, adotando-se como parâmetro aqueles divulgados pelo INPC/IBGE.

Art 12. Fica o Poder Executivo autorizado se entender necessário, a expedir decretos regulamentos da presente Lei e sua execução.

Art 13. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

gabinete do excelentíssimo senhor prefeito municipal de Jaboatão.

20 de junho de 2006.

Jorge Domingos de Siqueira

Prefeito Municipal



Jorge Domingos Siqueira
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Jornal
<i>Tribuna Jaboatense</i>
Edição Nº <i>316</i> de <i>24.06.2006</i>
Em <i>24 / 06 / 2006</i>
<i>Abraão</i>